

**CONGRESSO NÃO OUVE OS
PARTICIPANTES E ASSISTIDOS
E QUER DIMINUIR NOSSA
REPRESENTAÇÃO
NA FUNDAÇÃO.**

VAMOS REAGIR!

#aposentadosnaluta

EDITORIAL: Vamos reagir

**A manobra para reduzir nossa
representação na FRG**

X Encontro com Pensionistas

Vem aí Revivendo Furnas

Bazar é sucesso de novo

**Passos tem representante:
Paulo Mandello**

**Seus Direitos: Laudo Médico;
FGTS, PIS/ PASEP**

Contra os ralos da FRG

Perfil: Alzira Silva de Souza

#aposentadosnaluta

Não é de hoje que políticos mal-intencionados tentam usurpar o patrimônio que construímos na nossa Fundação. Algumas vezes, tentaram fazer operações ilícitas através da Real Grandeza, como foi o caso da perda de R\$ 153 milhões no Banco Santos. Mas no geral, conseguimos mantê-la em equilíbrio até aqui, graças à qualidade dos Conselheiros Deliberativos e Fiscais que elegemos ao longo dos anos. São eles os responsáveis pela administração do nosso fundo de pensão.

Uma característica importante desses Conselhos é a paridade na sua formação. A Lei Complementar 108, que regula os fundos de pensão fechados, estabelece que metade de cada Conselho será indicado pelas patrocinadoras, e a outra metade será eleita pelos participantes e assistidos. O presidente do Conselho Deliberativo

sempre será um indicado pelas patrocinadoras, que tem o voto de Minerva (de desempate). Porém, na FRG esse voto poucas vezes foi exercido. Na quase totalidade das vezes, as decisões foram tomadas através de negociação e consenso.

O Projeto de Lei 268, que tramita na Câmara dos Deputados, decreta o fim dessa paridade. Cria conselheiros deliberativos e fiscais “independentes”, que obviamente não serão independentes. Seriam dois conselheiros contratados no mercado sem qualquer vínculo com os fundos de previdência que irão administrar. Seriam escolhidos por uma empresa especializada, através de licitação – o que é um conto de fadas, como muitos que já nos empurraram goela abaixo. Nunca nem ouvimos falar de um Conselho constituído dessa maneira, em lugar nenhum.

E o Conselho Fiscal? Este seria totalmente “independente”, sem nenhum participante indicado ou eleito.

Mas vejam: a tal empresa especializada para escolher Conselheiros será contratada por uma Diretoria Executiva, que terá sido nomeada e será fiscalizada pelos Conselheiros. Inclusive pelos “independentes”.

Percebem o ciclo vicioso?

Contra esse absurdo está em curso uma grande movimentação política, com participação da Anapar – Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão, e do Fidef – Fórum Independente em Defesa dos Fundos de Pensão, do qual participam Conselheiros da Fundação Real Grandeza.

Essas entidades, com o total apoio da APÓS-FURNAS e outras associações das principais fundações, fazem uma campanha maciça para os participantes e assistidos pressionarem os parlamenta-

res, para que se mantenha inalterada a representação nos dois Conselhos.

Essa pressão tem que continuar.

Escreva para os deputados: “Não aprove a redução da representação dos participantes e assistidos na Lei Complementar 108”

No Facebook, solicite para participar do grupo **APÓS-FURNAS** e do grupo **Nossa FRG** e procure entre as postagens, os endereços de e-mail de todos os deputados. Em outra postagem você obtém as páginas dos líderes das bancadas na Câmara no próprio Facebook.

Na internet, digite <http://s.coop/1y0us> e entre na página da APÓS-FURNAS, onde também tem esses endereços.

Escreva, telefone, manifeste-se. **Venha à APÓS-FURNAS assinar o abaixo-assinado que vamos enviar aos Deputados.**

Precisamos nos mobilizar. Contribuímos toda a vida profissional para formar reservas previdenciárias, e agora corremos o risco de perder o controle sobre esse patrimônio.

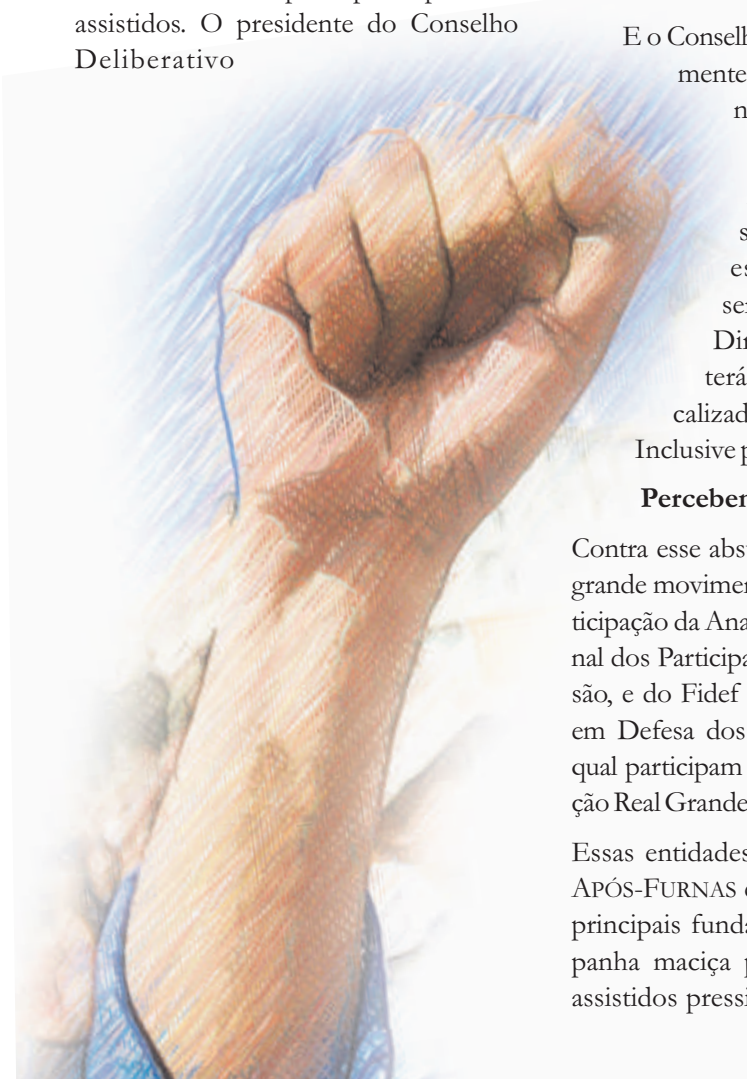
Não podemos permitir!

Está na hora de nos unirmos novamente, participantes e assistidos dos fundos de pensão (pensionistas também!), e mostrar nossa indignação.

Exija que alterações na Lei Complementar 108 sejam recusadas pelo plenário da Câmara, que participantes e assistidos mantenham metade das cadeiras nos Conselhos Deliberativo e Fiscal e continuem elegendo dois Diretores.

E prepare-se para ir às ruas, se for preciso. Nós vamos lutar, vamos gritar, vamos aparecer. Não vamos nos calar para defender o que é nosso direito: gerir a nossa aposentadoria complementar.

Rio de Janeiro, junho de 2016.
Diretoria Executiva



ENTENDA A MANOBRA POLÍTICA QUE QUER REDUZIR NOSSA REPRESENTAÇÃO NA FUNDAÇÃO

No dia 13 de junho de 2016, chegou à Câmara dos Deputados o Projeto de Lei redigido por Aécio Neves e aprovado no Senado (que passou a ser o PLP 268/2016), que visa instituir a gestão dos Fundos de Pensão de estatais por diretores contratados no mercado, e o fim da paridade entre Patrocinadores e Participantes e Assistidos nos Conselhos, criando a figura do conselheiro independente – que também seria contratado no mercado.

O PLP 268/2016 foi uma compilação de dois projetos que alterariam a Lei Complementar nº 108, apresentados em 2015 ao Senado: as PLS nº388 e nº78.

NO INÍCIO, DUAS PROPOSTAS NO SENADO

O PLS nº 78/2015, do Senador Valdir Raupp, tinha como pretexto reduzir a influência da política nas indicações para os colegiados dos fundos de pensão públicos, bem como garantir um maior grau de profissionalismo na gestão dessas entidades. Criava a figura dos Conselheiros Deliberativos independentes, que promoveriam equilíbrio entre relações por vezes antagônicas entre Patrocinadoras e Participantes e Assistidos.

O PLS nº388/2015, do Senador Paulo Bauer, também visava a redução da influência política nos colegiados dos fundos de pensão e garantir maior profissionalismo na gestão dessas entidades. Propunha a escolha da Diretoria Executiva por um processo seletivo, conduzido por um comitê formado por membros do Conselho Deliberativo e por um especialista profissional.

Em outubro de 2015, o relatório do senador Aécio Neves dizia que o PLS nº 388/15 necessitava de mais mecanismos que fortalecessem a supervisão interna e a responsabilização dentro das entidades. E deu início ao processo de unir ambos projetos num texto único. Em março de 2016, o texto consolidado foi aprovado no Senado.

Tramitando entre as duas casas do congresso, uma Emenda Substitutiva decretava que a composição do Conselho Deliberativo seria de, no máximo, seis integrantes,

paritária entre Conselheiros Independentes, Representantes dos Participantes e Assistidos e Representantes das Patrocinadoras.

TRAMITAÇÃO NA CÂMARA

O projeto foi enviado à Câmara dos Deputados o PLP nº268/16, projeto redigido por Aécio Neves, que solicitava uma segunda votação a favor do projeto. O Plenário que discutiria a aprovação da PLP aconteceu no dia 8 de Junho de 2016. O projeto que então foi enviado à Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, analisado e devolvido para votação no plenário

REAÇÃO ORGANIZADA

Depois desse encaminhamento, a Anapar – Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão, a Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal (Fenae) e o Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União (Sindilegis) convocaram para uma plenária durante o XVII Congresso Nacional de Participantes de Fundos de Pensão, em Belo Horizonte, para discutir esse PLP.

Graças à forte mobilização organizada pela Anapar, com apoio do Fidef (Forum independente de defesa dos fundos de pensão) e de entidades como a APÓS-FURNAS, houve um adiamento de uma semana na votação do PLP, que deveria ter sido em 14 de junho. Nesse período, a Anapar intensificou os contatos com os líderes partidários, defendendo o atual modelo de paridade na gestão das entidades de previdência complementar.

No dia 21 de junho, a Anapar, em conjunto com a Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa (Fenae), Associação

Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil (Anabb), entre outras entidades, se articulou com parlamentares da Comissão de Seguridade Social da Câmara dos Deputados para apontar o retrocesso que representa o PLP 268/2016, entregando aos parlamentares a "Carta de Belo Horizonte", documento final do XVII Congresso Nacional de Participantes de Fundos de Pensão.

Em paralelo, houve uma forte mobilização das associações de participantes para que pressionassem os deputados através de e-mails, postagens, telefonemas, cartas e abaixo-assinados.

Apesar dessa pressão ter levado a Oposição a apresentar um substitutivo, ainda é preciso trabalhar para garantir as emendas solicitadas, pois o novo texto ainda prevê uma Diretoria Executiva contratada, com participação de pelo menos dois membros no Comitê de Investimentos, o que torna os participantes e assistidos minoritários nas decisões sobre como investir seu próprio patrimônio.

No dia 30 de junho, quando do fechamento desta edição do ELO, o projeto estava em regime de urgência na pauta da Câmara e ainda aguardava votação.

Os aposentados e pensionistas devem se manter mobilizados para enfrentar esta ameaça. Vamos reagir!

O adeus a Geraldo Moreira

A APÓS-FURNAS lamenta informar o falecimento do seu idealizador, fundador e ex-presidente Geraldo Moreira.

Poucas pessoas terão sido tão importantes quanto ele na história desta entidade, e na luta pelos direitos dos aposentados e pensionistas. Por tudo isso, a nossa gratidão. À família, a nossa solidariedade.





X Encontro com Pensionistas

No dia 18 de maio, aconteceu o X Encontro com Pensionistas da APÓS-FURNAS, realizado no auditório do 8º andar do Bloco B de Furnas. O encontro teve a abertura do Vice-Diretor

Presidente da APÓS-FURNAS, Sergio Pires, seguido pela palestra de Ivan Mourão, Conselheiro Deliberativo e membro do Comitê de Investimentos da Real Grandeza. Ivan abordou assuntos referentes ao funcionamento e a manutenção dos Fundos Previdenciário e de Pensão da Fundação, o trabalho que está sendo feito para controlar os vazamentos, cujo passivo aumentou quando a contribuição dos aposentados reduziu para um terço do valor dos ativos, e dos Investimentos da Fundação.

A Conselheira da Fundação Real Grandeza, Tania Vera Vicente, deu ênfase ao trabalho de acompanhamento do Plano BD pelo Conselho em relação ao crescimento salarial de Furnas, e o impacto judicial das mudanças previstas. Tania Vera abordou também o resultado da ação de Furnas para pagar somente 50% das despesas administrativas da Fundação, mas que graças à liminar obtida pela APÓS-FURNAS, não foi adiante.

O PLAMES foi o assunto abordado pelo Dr. Pedro Ernesto que expôs o aumento diferenciado dos valores dos diferentes planos, devido à defasagem entre o que se paga e o real custo dos serviços prestados.

A primeira parte do encontro foi finalizada com a palestra da Ouvidoria da Fundação com o Diretor Horácio de Oliveira e das colaboradoras Flávia Pinto (da Gerência de Relacionamento com o Participante) e Débora Cotias. Elas ouviram as perguntas e deram assistência e orientação sobre todas as solicitações feitas pelos pensionistas presentes.

Após o almoço, apresentou-se o Coral da APÓS-FURNAS, que emocionou e entusiasmou os pensionistas com a possibilidade de participar do grupo que ensaia todas as sextas-feiras na sede social.

Após essa apresentação, as técnicas previdenciárias contratadas pela APÓS-FURNAS expuseram os direitos das pensionistas em relação ao INSS e outros órgãos.

Finalizando as palestras, a Assistente Social da CAEFE, Isabel Paltrinieri apresentou os benefícios e produtos oferecidos pela entidade que os pensionistas podem usufruir.

O objetivo deste Encontro é sempre ressaltar a importância da união de todos na luta pelos direitos de pensionistas e aposentados. E que esta é a real finalidade da APÓS-FURNAS.



PEDRO ERNESTO



FLÁVIA PINTO



ISABEL PALTRINIERI



IVAN MOURÃO



TANIA VERA VICENTE



CRISTINA LARANJEIRA



CORAL DA APÓS-FURNAS

Revivendo Furnas

A APÓS-FURNAS está negociando com Furnas a retomada deste programa para breve, que este ano poderá abranger também os associados de Angra dos Reis. Em princípio, o passeio deverá ser até a Usina de Furnas, onde a empresa surgiu, há 59 anos.

Os associados estão sendo convidados por circular, e serão atendidos de acordo com a disponibilidade prevista por Furnas.



BAZAR DO DIA DAS MÃES É SUCESSO DE NOVO



Entre 2 e 6 de maio, a APÓS-FURNAS realizou o Bazar do Dia das Mães nos pilotis do Bloco C de Furnas.

Foram 23 estandes com exposição de bijuterias feitas à mão, bonecas de pano, objetos de decoração e até joias em prata. O Bazar tem como objetivo apoiar e promover o traba-

lho artesanal realizado pelos associados e seus dependentes.

No último dia, foram sorteadas duas cestas de produtos artesanais para as pessoas que compraram produtos no Bazar. As sorteadas foram Ana Paula Torquato e Adriana Yuan da Costa.

Luizão: um companheiro insubstituível

Após uma internação de alguns meses, o Conselheiro Deliberativo da APÓS-FURNAS Luiz Carlos da Silva – o Luizão – nos deixou.

Atuante por décadas na APÓS-FURNAS, na Caefe e na Cecremef (além do sindicato que participava no Perequê), Luizão sempre foi um companheiro de primeira hora na defesa dos trabalhadores, aposentados e pensionistas.

Como representante de Angra dos Reis, Luizão será substituído pelo amigo Eduardo da Conceição Silva. Em nossos corações, ele será sempre insubstituível.



PASSOS TEM NOVO REPRESENTANTE REGIONAL



Os associados de Passos e regiões próximas há muito tempo não tinham representante. Agora contam com Paulo Roberto Mandello, empossado pelo Conselho Deliberativo da APÓS-FURNAS em março deste ano, para receber as reivindicações, sugestões e demandas que você quiser encaminhar para a sua Associação.

A área de abrangência de Paulo Mandello é Passos, São José da Barra (onde mora), Alpinópolis, Cássia, Itaú de Minas, Pratápolis e São Sebastião do Paraíso. Ele pode ser contatado pelo telefone (35) 99188-8685 e também pelo endereço de email mandello.furnas@gmail.com.

Mandello trabalhou por 34 anos em Furnas, de 1979 a 2014, na área do Laboratório Elétrico antigo LAME.O. É engenheiro elétrico, civil e de segurança, e atualmente é diretor do Senge-MG – Sindicato dos Engenheiros de Minas Gerias, e conselheiro e diretor de RH do CREA-MG.

“Convido todos os associados dessas cidades a participarem do Encontro do Primeiro Semestre”, informa. “Será no dia 29 de julho, às 20h, no San Sevilha (antigo Don Fernandes, na MG 050, km 358, sentido Passos-Itaú de Minas), e o associado tem direito a um acompanhante. Mas é preciso confirmar sua presença para que não haja imprevistos.”

Laudo Pericial: médico de órgão público ou particular?

Há uma dúvida que preocupa tanto aposentados como trabalhadores da ativa: quem emite laudo médico para fins trabalhistas, previdenciários ou fiscais?

Aqui no ELO já publicamos mais de uma vez a lista de doenças que isentam do imposto de renda – mesmo que adquiridas após a concessão da aposentadoria. Por outro lado, aposentados por invalidez poderão ser convocados pelo INSS para comprovar a continuidade de suas condições de saúde impeditivas de exercer atividades laborais.

QUEM FARÁ ESSA PERÍCIA?

Nesses dois casos específicos, os procedimentos obedecem a regras diferentes.

Segundo um convênio do Ministério da Saúde com o Ministério do Trabalho e Previdência Social, a perícia médica tanto poderá ser feita por profissionais do quadro próprio do INSS, como por médicos de entidades e órgãos que compõem o

Sistema Único de Saúde – SUS.

A continuidade do benefício poderá ser atestada pelo médico assistente do beneficiário, seja ele de órgão público ou privado (médico particular ou de plano de saúde).

No caso da isenção de imposto de renda para aposentados e pensionistas que têm AIDS, alienação mental, cardiopatia grave, cegueira, contaminação por radiação, Doença de Paget avançada, Parkinson, esclerose múltipla, espondiloartrose anquilosante, fibrose cística, hanseníase, nefropatia grave, hepatopatia grave, câncer, paralisia irreversível e tuberculose ativa, o primeiro laudo médico é emitido obrigatoriamente por órgão público.

Se a doença grave for temporária – como a tuberculose, por exemplo, isso deve

constar nesse laudo inicial.

Essa documentação será enviada para análise do INSS, porque é o órgão pagador que retém o Imposto de Renda na fonte. Após essa análise, o segurado da previdência passa a ter direito à isenção somente na aposentadoria ou pensão. Se tiver outras rendas, como aluguéis, previdência complementar ou remuneração de investimentos, esses proventos não serão isentos.

As técnicas previdenciárias contratadas pela APÓS-FURNAS podem orientá-lo quanto a este e outros direitos.

Agendamento: (21) 2528-5024.

Você também pode ser atendido pelo Correio. Envie sua carta de concessão do INSS para a APÓS-FURNAS, para ser analisada pelas técnicas.

Você pode ter resíduo de FGTS e PIS/PASEP

Há um grande montante de dinheiro do trabalhador e do beneficiário da previdência retido nas instituições financeiras federais, simplesmente porque nunca foi retirado. Resíduos do FGTS, do PIS e do PASEP podem ser sacados sem necessidade de ação judicial (diferentemente da correção das perdas do FGTS).

Os resíduos de FGTS e PIS podem ser consultados e sacados na Caixa; o resíduo do PASEP pode ser consultado e sacado no Banco do Brasil.

Duas situações específicas merecem uma pesquisa.

Muitos aposentados têm resíduos do FGTS simplesmente porque não o resgataram na época de aposentadoria. Houve algum rendimento nesse período, mas muito abaixo da inflação. Não é um bom negócio deixar lá, por isso, vá rapidamente até uma agência da Caixa verificar os valores a que tem direito. Os herdeiros também têm direito.

Quem trabalhou com carteira assina-

da de 1971 a 4 de outubro de 1988 pode ter resíduos do PIS ou do PASEP, porque até essa data, as contas eram individuais. Caso você tenha trabalhado na iniciativa privada, Consulte esse resíduo do PIS na Caixa. Quem foi servidor público deve procurar pelo resíduo do PASEP no Banco do Brasil. Normalmente, fazer a solicitação através um escritório de advocacia acelera o processo, mas você paga pelo serviço. Não precisa de ação judicial, basta um ato administrativo.

Ação de Regresso

Justiça do Trabalho onera a quem não deveria: os participantes e assistidos da Real Grandeza

A edição de janeiro/fevereiro de 2016 de O ELO enfocou o impacto que sofrem nossos planos de aposentadoria com os aumentos salariais praticados por Furnas e Eletronuclear sem as correspondentes coberturas atuariais. Ao concederem aumentos salariais sem se preocuparem com os seus reflexos previdenciários, as patrocinadoras trazem enorme dano aos fundos de pensão e contribuem substancialmente para o déficit que vêm sendo apurado. (Cabe lembrar que enquanto houve superávit na FRG, este foi usado para cobrir a diferença.)

Tal sangria, decorrente de políticas salariais e práticas de gestão de recursos humanos inconsequentes das patrocinadoras, entretanto, não é o único problema.

As ações trabalhistas contra as patrocinadoras são geralmente ajuizadas depois que o reclamante se aposenta, por razões óbvias: ninguém quer abrir uma disputa contra o seu empregador enquanto ainda figura na sua folha de pagamentos. Esse tipo de ação é quase sempre em face da empregadora, e também da Real Grandeza, pois visa, além da indenização pleiteada, a correção dos benefícios futuros do reclamante.

A Real Grandeza, embora sem ser a causadora dessas reclamações trabalhistas, acaba sendo frequentemente condenada a pagar os benefícios corrigidos, por força das sentenças. Trata-se de centenas de ações cujos autores passam a receber benefícios corrigidos por índices, não raro, bastante elevados e para os quais nem ele, nem a sua empregadora, contribuíram.

Era de se esperar que, diante dos graves prejuízos que estas ações trazem aos fundos que administra, a Real Grandeza promovesse Ações de Regresso contra as patrocinadoras, buscando recompor suas reservas. Entretanto ela não o faz.

Apesar do grande número de ações trabalhistas com repercussão previdenciária, somente uma Ação de Regresso foi proposta até hoje, em flagrante desprezo ao Artigo 54 do Estatuto da FRG:



“Art.54. Os integrantes do Conselho Deliberativo, Diretores e Conselheiros Fiscais da REAL GRANDEZA responderão pelo descumprimento da legislação de regência e da normatividade interna da FUNDAÇÃO, e, em especial, pela falta de constituição das reservas obrigatórias e de omissão na cobrança dos débitos das Patrocinadoras.”

Felizmente parece que a postura de passividade da Real Grandeza está mudando, pois o Conselho Deliberativo determinou recentemente que sejam levantadas todas as ações trabalhistas que trouxeram reflexos aos planos, com o objetivo de finalmente propor Ações de Regresso.

Os aposentados não estão mais dispostos a ficar cobrindo déficit oriundos de práticas de recursos humanos das patrocinadoras e da omissão da Real Grandeza. Por isso a APÓS-FURNAS está acompanhando atentamente a evolução dessa questão e estudando ações que possam promover a reversão dos prejuízos causados aos nossos fundos.

NOVOS ASSOCIADOS

Alice de Menezes Chaves, Asenir Buçard Tavares, Maria Helena Filaridi de Brito Rabello, Marcia Damiani Giglio Bokel, Vera Lucia Paiva e Cláudia Baptista Dias da Cruz, do Rio de Janeiro; Alfredo da Silva Teixeira e Marisa Costa da Silva, de Angra dos Reis-RJ; Nilza Carneiro Figueiredo, de Campos-RJ; João Batista Costa dos Santos, de São Gonçalo-RJ; e Margarida Ferreira da Silva, de Pedregulho-SP.

Sejam bem-vindos!

VERIFIQUE SEU CONTRACHEQUE

Se alguma vez você ficou sem margem, sua mensalidade não foi recolhida. Procure a APÓS-FURNAS e regularize sua contribuição.

FOTO 3X4

Se você ainda não tem a Carteira de Associado da APÓS-FURNAS, mande uma foto 3x4, com seu nome, matrícula e endereço. Em breve enviaremos a sua Carteira.

A memória de Furnas

Duda, com sua bisá e amiguinha, Alzira Silva de Souza

Acompanhei parte da vida de dona Alzira em diversas de suas atividades, e aprendi tanto com ela, que me atrevi a escrever este Perfil antes mesmo de entrevistá-la. (Guto Rolim, editor de O ELO)

Alzira Silva de Souza é uma pessoa histórica na APÓS-FURNAS, na Fundação Real Grandeza e na Cecemef. Foi fundadora da Cooperativa e sua Presidente durante 16 anos; foi Conselheira Curadora (depois, Deliberativa) e Diretora Ouvidora da Real Grandeza; foi Presidente e Diretora Social da APÓS-FURNAS e hoje é Conselheira Nata

Mas seu currículo é mais complexo do que isso. Dona Alzira nunca fez nada sem estudar profundamente o que iria realizar.

Quando Furnas quis extinguir a Cecemef, em 1972, foi ela quem lutou por sua continuidade. E foi estudar cooperativismo até no Canadá, para poder administrar a cooperativa. Numa época em que a legislação não permitia à cooperativa crescer, estudou a legislação para enfrentá-la, a fim de constituir uma Central de Crédito Urbano – a primeira do país.

Incentivou a criação da APÓS-FURNAS, emprestando salas da Cooperativa para as primeiras reuniões dos fundadores Geraldo Moreira, Anísio Alegria e Hélio Maurício de Almeida.

Ao ser eleita presidente da Associação, em 1993, fez a primeira pesquisa de perfil socioeconômico dos associados, para orientar os caminhos da Associação. Participou da gestão da Unidas, a primeira entidade de associações de aposentados.

Foi como Conselheira Curadora da Fundação Real Grandeza que Alzira ajuizou uma ação com o mesmo fundamento que a APÓS-FURNAS – sob a presidência de Adilson Chibante – utilizou para obter a liminar que impediu a privatização, e foi vencedora vinte anos depois.

Para isso, contou com a ajuda de companheiros, grandes estudiosos como ela, especialmente Geovah Machado e José Elton de Oliveira. Essa parceria também foi importante, pouco depois, na luta contra migração para um Plano Saldado (que não era saldado). Depois disso, foi eleita diretora e estruturou a Diretoria de Ouvidoria da Real Grandeza, sempre estudando para se capacitar para a atividade.

Esta breve descrição de suas atividades em prol da comunidade de trabalhadores, aposentados e pensionistas de Furnas não contempla sua carreira profissional dentro da empresa, que cumpriu de forma correta, irrepreensível,

Fora da vida profissional, Alzira Silva de Souza sempre foi muito dedicada à sua família. Criou dois filhos, uma neta, e hoje participa ativamente da criação da bisneta. A vida de sua família, ao lado do companheiríssimo Raul, sempre foi prioridade, como mãe, avó e bisavó dedicada.

E hoje em dia? Desde que sua bisneta nasceu, Dona Alzira já escreveu dois livros: uma história das mulheres da sua família, desde 1960, outro descrevendo o dia a dia de Duda. e agora escreve outro com artigos para Duda ler, em alguns anos.



Quando por fim fui entrevistá-la para O ELO, Dona Alzira já havia redigido uma mensagem para os leitores:

“Eu quis fazer uma mudança social, tornar as pessoas donas dos seus destinos. Quis fazer com que todos entendessem os princípios fundamentais do cooperativismo; que as pessoas entendessem que acumular riquezas não é o mais importante na vida. Que valemos mesmo pelo que somos, e não pelo que temos.

Entre ter e ser há uma grande diferença: o dinheiro compra muita coisa, mas não a realização pessoal, a paz de espírito, a humildade e a busca de valores que agreguem as pessoas em busca de um bem comum. Parece-me ser essa a melhor filosofia de vida.

Não sei se consegui. Sei que minha bisneta Duda (Maria Eduarda) me chama de linda, fofa, fofinha, que senta comigo no chão para brincar, e diz que ela é a líder porque ela tem cinco anos e eu tenho quatro... Tem coisa melhor? Nestes 86 anos, os dias em que brinco desse faz de conta com ela são exatamente os que me fazem esquecer minhas ilusões perdidas.”

Leia um depoimento mais detalhado sobre suas memórias de Furnas no site www.aposfurnas.org.br.

O ELO

Os artigos assinados são de responsabilidade dos seus autores e não representam, necessariamente, a opinião deste informativo.

Colaboradoras Edilane Espinosa e Rejane Paranhos
Jornalista responsável Guto Rolim MTB 13880
Tiragem 4.000 exemplares



ASSOCIAÇÃO DOS APOSENTADOS DE FURNAS

Sede Administrativa Telefones: (21) 2528.5024 | Fax: (21) 2286.8267

Sede Social Telefone: (21) 2579.3852

www.aposfurnas.org.br • aposfurnas@aposfurnas.org.br

Diretoria Executiva: Diretor Presidente Humberto Ferreira da Costa • **Vice-Diretor**

Presidente Sergio Pires • **Diretora Social** Ivone Maria Baptista Marçal •

Vice-Diretora Social Leila Ferreira da Fonseca • **Diretora Financeira** Sonia Maria Félix

de Oliveira • **Vice-Diretor Financeiro** Helton Gama de Carvalho • **Diretor Administrativo**

Maurílio Fernandes Pessoa • **Vice-Diretor Administrativo** Hélcio Capucci Bastos